



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 27 DE AGOSTO DE 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Na qualidade de presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro abertos os trabalhos da 7ª audiência pública, que a Comissão realiza no ano de 2015, tendo como objeto o Projeto de Lei 168/2010, de autoria do Vereador Donato, que estabelece a Política Municipal do Livro e dá outras providências.

Esta audiência foi publicada no Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no *Diário Oficial da Cidade de S.Paulo*, no jornal *Diário de S.Paulo*, do dia 25 de agosto e, no jornal *Folha de S.Paulo*, do dia 26 de agosto.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br no *link* Auditórios On-Line.

Sejam todos bem-vindos à Câmara Municipal de São Paulo, nós vamos dar início a esta audiência pública, compondo a mesa com as seguintes pessoas: Secretário de Cultura Nabil Bonduki, Sr. Ricardo, Sra. Maria Cecília Carlini Vaz, Vereador Adolfo Quintas, Sra. Cida Peres, Sr. Miro, Coordenador do Sistema de Bibliotecas, da Secretaria de Cultura.

Nossos trabalhos se darão da seguinte forma: teremos uma apresentação do substitutivo ao Projeto de Lei 168/2010, o Ricardo fará a apresentação, em seguida ouviremos a fala do Secretário de Cultura.

Vamos combinar que o teto desta audiência, conforme acordo da mesa, será até às 21h, pode se estender mais um pouco, mas vamos tentar até às 21h.

O período de inscrição será o da fala dos integrantes da Mesa, assim que eles terminarem de falar também estarão encerradas as inscrições.

O tempo de fala de intervenção no plenário será dado de acordo com a quantidade de pessoas que se inscreverem nesse período.

Peço ao Ricardo que faça a sua exposição a respeito do Projeto.

O SR. RICARDO – Boa noite, o Projeto de Lei 168/2010 tem um histórico que começa antes desta gestão, o Vereador Donato criou a Lei do Livro de São Paulo, fez essa

proposta vinda numa demanda do Movimento dos Saraus em seu gabinete no ano de 2010.

Naquele momento a assessoria fez um documento baseado na Lei do Livro do Governo Federal, talvez tenha sido um dos primeiros atos do Governo Lula, à época, na área do livro de leitura. A primeira proposta de projeto que o Vereador Donato elaborou no gabinete foi baseada nessa lei.

A lei ficou praticamente congelada durante um tempo, porém no ano passado houve um encontro, não diria que foi coincidência, mas foi uma boa convergência de intenções, porque em paralelo, desde 2012, tinha um grupo de discussão da sociedade civil que estava pensando em construir o Plano Municipal do Livro, Literatura, Leitura e Biblioteca.

O grupo era formado preponderantemente pela sociedade civil, cuja discussão baseava-se nas diretrizes colocadas pelo Plano Nacional do Livro da Literatura.

O Vereador Donato, através da assessoria, no caso eu fui a pessoa que articulou o primeiro contato com o grupo. Em paralelo junto com as Secretarias de Cultura e de Educação, criou-se um grupo de trabalho para construir o Plano Municipal do Livro, Literatura.

Num acordo com esse grupo, a Lei do Vereador Donato que estava congelada, passou a abrigar num substitutivo, que tinha sido votado em primeira, o produto de discussão desse grupo de trabalho que inclui a sociedade civil com as Secretarias de Cultura, Educação e Direitos Humanos.

Durante um ano promovemos escutas públicas, nos segmentos de leitura, no primeiro momento no segundo semestre de 2014. No primeiro semestre de 2015 promovemos escutas em todas as regiões da Cidade, algumas houve até mais de uma escuta, mais uma audiência.

Em seguida, constituímos o substitutivo que está sendo hoje apreciado na Comissão de Educação, Cultura e Esportes, que é produto da discussão de um ano e gerou um documento que foi protocolado, no dia 23 de junho, quando o Vereador Donato recebeu o grupo de trabalho para fazer o protocolo do documento.

Com o grupo de trabalho recebemos a visita do Secretário de Cultura Nabil Bonduki e de um representante da Secretaria de Educação.

O texto que vamos apreciar hoje, baseado nesse primeiro documento gerado pelo Vereador Donato, num projeto de lei de 2010, com as diretrizes propostas pelo Plano Nacional do Livro e da Leitura, que seria a mãe de todos os planos municipais e do Plano Estadual, ele traz um pouco do perfil do que a Cidade necessita hoje, das demandas da Cidade, para o segmento do livro e da leitura.

Uma peculiaridade que esse processo trouxe para nós - uma vez que as outras cidades do Brasil também têm seus planos e algumas estão em processo de construção -, foi uma articulação muito forte com os movimentos coletivos de cultura da periferia.

Esse plano é um pouco o espelho do que pode vir a ser uma mudança nos paradigmas do livro de leitura na cidade de São Paulo, porque ele traz demandas específicas, assim como reivindicações históricas de inversão de prioridades desses grupos e coletivos da periferia.

Sabemos que há em São Paulo um movimento muito auspicioso dos saraus, que hoje têm uma força que vai muito além da articulação com o poder público. Os saraus acontecem em lugares inusitados na Cidade, como bares, praças, espaços não oficiais.

Penso que esse plano, além de dialogar com outros segmentos importantes como editoras e instituições que trabalham com literatura, ele vai trazer, na verdade, um registro em lei desse diálogo que tem que acontecer de forma mais dinâmica com os movimentos dos saraus. Esse documento espelha muito isso.

Outra peculiaridade do nosso plano, em relação aos outros – em alguns inclusive hoje usam a palavra “literatura” -, mas hoje trazemos a palavra “literatura” que não há em alguns planos do Brasil, há Plano Municipal do Livro e Leitura apenas. Nós colocamos duas palavras, essa ação vai muito além das palavras, acrescentamos ainda “biblioteca” e “literatura”.

No caso, a “literatura” traz a peculiaridade dos saraus, porque os saraus articulam em seus espaços na periferia e em todo canto da Cidade, ações de literatura, de mediação de leitura, de fomento, ou seja, de todos os fundamentos que compõem a política do livro da leitura.

Este momento, na verdade, é de começarmos um processo de articulação do segmento do livro e da leitura, na cidade de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado.

Registro a presença do presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Vereador Antonio Donato, autor desse projeto de lei, que trata da Política Municipal do Livro de Leitura, Literatura e Biblioteca.

Vamos ouvir o Secretário Nabil, que fará uma breve exposição.

O SR. NABIL BONDUKI – Boa noite a todos, quero cumprimentar o presidente da Mesa, Vereador Reis, presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, o Vereador Donato, presidente da Casa e autor do projeto de lei; cumprimento o Ricardo em nome dele todos os membros do grupo de trabalho; a Cida, que foi Secretária de Educação, que hoje assessora o Vereador Donato; o Miro, que é o nosso Coordenador do Sistema de Bibliotecas; e todos os que representam os diferentes setores interessados no livro e leitura. Destaco também a presença da Sueli Neme, a assessora do nosso gabinete, que acompanhou toda a elaboração do Plano do Livro e Leitura, que tem desempenhado um papel importante de todo esse trabalho junto com o Miro.

Não vou estender, em primeiro lugar quero dizer que para a Secretaria de Cultura esse projeto de lei é muito importante, quero parabenizar o Vereador Donato por ter apresentado o projeto em 2010, e podermos ter nesse período um diálogo bastante frutífero, no sentido de ter uma ação conjunta da Prefeitura, Secretaria de Cultura e Educação, com o Vereador, junto com todas as entidades que participam.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com licença, Sr. Secretário.

Gostaria de informar que as inscrições podem ser feitas com o Vinícius. O período de inscrições se encerra quando todos da mesa terminarem as suas falas. Até agora não há inscritos.

O SR. NABIL BONDUKI – Penso que a possibilidade de a sociedade organizada num grupo de trabalho, junto com o Poder Público e com a representação do mandato do Vereador Donato, permitiu-se chegar num texto substitutivo que atende razoavelmente, creio que podem ser feitos aperfeiçoamentos no projeto, mas atende bastante o que se espera de um Plano Municipal de Livro, Leitura e Literatura e Biblioteca.

Não serei repetitivo com relação às questões que foram levantadas pelo Ricardo, queria apenas destacar alguns aspectos importantes, ressaltar, em primeiro lugar, que o projeto é enxuto, que há um anexo, estabelecendo um conjunto importante de princípios, diretrizes e metas nos quatro eixos. Esse anexo é muito importante e analisamos – depois a Sueli e o Miro poderão falar um pouco mais sobre isso -, mas a nossa preocupação foi verificar em que medida o que está colocado, principalmente nas metas de curto prazo, que são as metas de um ano, o que já vem sendo feito pela Secretaria de Cultura, pelo sistema de bibliotecas e aquilo que ainda não está sendo feito para que a gente também não tenha um texto de lei que seja inviável de ser implementado pela Secretaria.

Muita coisa já está sendo feita, talvez não com a intensidade que seria interessante, mas o que não está sendo feito pode, neste ano, ser realizado, aprovando-se o projeto. Essa é uma preocupação de que o plano não fique no papel e tenha metas viáveis, factíveis e que possam ser cobradas. Também, aprovarmos um projeto que tem metas fora da realidade acaba fazendo com que o Poder Público fique sempre em dívida e a Cidade sempre insatisfeita.

Então, ajustar o projeto às nossas possibilidades e as nossas vontades é fundamental. Avançamos bastante nesse sentido no projeto.

Quero destacar no projeto de lei uma questão importante, no artigo 8, onde pode ser feito um ajuste. Isso também se relaciona com um projeto de lei do Vereador Reis. O artigo 8 dispõe que a Prefeitura de São Paulo assegurará recursos e investimentos para programas, projetos, ações e outras iniciativas previstas no Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, com esse desiderato, destinará uma dotação orçamentária específica para a implementação do Plano, suplementada se necessário por meio do Fundo Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, a ser criado pela Prefeitura.

Quero destacar que para implementar o plano não teríamos uma dotação específica. São várias dotações porque são várias linhas de ação. Portanto não seria uma dotação específica, mas várias. Penso que precisaria fazer um ajuste, pois não vamos ter uma dotação específica com esse nome. Vamos ter várias dotações voltadas para várias ações previstas no Plano. Algumas são ligadas a sarau, outras a formação de público, equipar bibliotecas, etc.

Está proposta, embora não seja criada pela Lei, a criação de um Fundo Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca. Na verdade, na Secretaria, estamos tentando reduzir a quantidade de Fundos. Inclusive, o Vereador Reis apresentou um projeto de lei criando o Fundo Municipal de Cultura, que deverá ser aprovado. A nossa ideia é, a partir da aprovação do projeto do Vereador Reis, vincular os eventuais outros fundos já existentes a esse Fundo Municipal de Cultura.

Talvez, a melhor maneira de tratar esse assunto seria a criação de uma conta específica do Fundo Municipal de Cultura a ser criado por lei - e não pela Prefeitura – do Vereador Reis. Portanto, uma fonte específica do Fundo Municipal de Cultura criado pela lei. O projeto do Vereador Reis já teve encerrada a discussão, só falta votar. A ideia é que, posteriormente, outros fundos que a Secretaria já tem sejam extintos para serem incorporados em um fundo só. Dessa maneira poderíamos trabalhar melhor e, ai sim, teria contas específicas.

É um ajuste importante a ser feito no artigo 8. Certamente com este debate, outros ajustes podem ser feitos no projeto. O projeto já teve um amplo debate público, mas nesta etapa do projeto na Câmara temos de verificar bem todas as questões porque, depois de aprovado, é lei e tem de ser executado. Se esquecermos algo, fica para trás.

Peço desculpas para todos porque tenho a inauguração de uma exposição e terei de sair daqui e correr para lá. Dessa forma, não poderei acompanhar o debate, mas o Miro e a Sueli estarão me representando e reunindo as contribuições para que possamos analisar em conjunto com o Vereador Donato as eventuais transformações que possam haver no projeto.

Destaco que estamos abrindo o processo de debate do Plano Municipal de Cultura.

O Plano Municipal de Cultura, que é previsto pela lei nacional, pelo Plano Nacional de Cultura e que corresponde a uma exigência de integração do Município de São Paulo no sistema nacional de cultura. Ele é um plano mais amplo do que o Plano de Livro e Leitura, então, ele será incorporado ao Plano Municipal fazendo parte de um plano mais geral de cultura.

Na verdade, o Plano de Livro e Leitura já antecipa uma etapa do Plano Municipal de Cultura que pode, inclusive, propor outras ações complementares relacionadas com livro e leitura, mas que estão na órbita de outras ações vinculadas à política de cultura do Município.

Parabenizo o grupo de trabalho, o Paulo Farhat que coordenou o grupo, a Sueli, o Miro e todos os demais membros porque nesta área estamos na frente em relação aos demais debates que estão sendo feitos agora na política municipal de cultura do Município.

Obrigado. Peço desculpas por não poder ficar até o final desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Secretário Nabil Bonduki.

Está presente a Sra. Maria Cecília Vaz, representando a Secretaria Municipal de Educação e vamos ouvir o Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Vereador Donato, autor do PL 168/2010.

O SR. ANTONIO DONATO – Boa noite a todos. Queria agradecer ao Vereador

Reis, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, que prontamente atendeu ao nosso pedido para convocar esta audiência pública; agradecer ao Secretário Nabil Bonduki. É claro que entendemos a sua saída e agradecemos muito a sua presença, que é muito valiosa e mostra o peso que a Secretaria de Cultura está dando para esse Plano. Não podemos deixar de registrar esse gesto simbólico e é muito importante mesmo.

Então, queria agradecer ao Secretário Nabil, eu sei que desde o primeiro momento que assumiu a Secretaria e conversamos sobre o Plano, ele se mostrou um entusiasta e tenho certeza de que teremos na Secretaria de Cultura um grande parceiro na implementação das medidas previstas no Plano.

Quero cumprimentar o Miro, a Cissa, da Secretaria de Educação; o Secretário Chalita também, quando conversamos se mostrou muito aberto. A Secretaria de Educação é estratégica para que o Plano possa ter sucesso pelo tamanho da sua rede, pela importância da relação com os nossos alunos na formação de uma geração de leitores. É muito importante mesmo a participação da Secretaria de Educação.

Quero agradecer ao Ricardo e à Cida, do meu gabinete. Rapidamente, só para historiar, acho que já foi falado, mas em 2010, quando apresentei o Plano Municipal do Livro, me espelhando um pouco na legislação do Plano Nacional do Livro, realmente eu achava que era uma área importante, mas pouco conhecia. Comecei a tratar do assunto, mas naquele momento só conseguimos avançar um pouquinho, mas conseguimos votar em primeira discussão na Câmara com o objetivo de, em segunda votação, conhecendo a dinâmica da Casa, quando se apresenta um substitutivo, a votação em primeira funciona como uma chamada ao debate, está sendo discutido para valer na Câmara determinado projeto.

Eu me ausentei da Câmara por um tempo e quando voltei, achei que seria importante reativar e comecei a fazer conversas e me dei conta de que o que eu tinha apresentado estava completamente defasado no debate que já tinha avançado muito. Primeiro, principalmente, pela ação da sociedade e também nos espaços institucionais, no Governo Federal – o Castilho foi uma pessoa importante que me alertou que existia um outro enfoque e que isso estava sendo construído já nacionalmente e que já existia também um processo de debate pela Secretaria de Cultura com um grupo de trabalho para discutir o Plano.

Houve uma audiência pública e fizemos um pacto e fico feliz que esse pacto tenha dado resultados, que seria dos atores e ativistas do *Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas*, que

deveria sair o Plano, coordenado pelo GT. Foi um processo de bastante debate, consulta, participação, que chegou nessa minuta de substitutivo. Tem uma facilidade burocrática, pois como já foi votado em primeira, não tem de passar por todas as comissões; não tem esse processo todo, que às vezes demora muito, ou seja, quando fecharmos um substitutivo tem de pautar em plenário e às vezes não se vota imediatamente, mas todo aquele processo anterior que pode demorar um ano, um ano e meio já foi superado. Então, a gente tem a expectativa de nesse semestre ainda, se fecharmos o substitutivo com uma relativa rapidez, votarmos e aprovarmos o Plano.

O Nabil alertou para alguns aspectos e eu queria também falar um pouco da experiência legislativa, porque do conteúdo do Plano eu queria inclusive pedir licença ao Vereador Reis, mas acho que antes da fase de inscrições seria muito importante que alguém do GT apresentasse a estrutura do Plano, fizesse uma fala apresentando a estrutura do Plano para que se organizasse um pouco o debate e pudéssemos ter um processo produtivo.

Como eu falava, temos um Plano e um texto legislativo e um conjunto de Metas, mais ou menos como foi o Plano de Educação, anexados ao Plano, no texto da lei. É importante agora um diálogo intenso, mas rápido com o Executivo, porque muitas vezes um texto mal escrito ou mal formulado pode levar a um veto, o que não depende somente da Secretaria de Cultura, tem toda uma área de procuradoria, que vê a técnica legislativa. Por exemplo, essa questão do fundo é uma questão importante. O fundo tem de ser criado por lei, não vamos entrar nem no mérito se é o fundo de cultura ou o fundo do livro, mas eu não posso dizer que o Executivo criará um fundo. É preciso uma lei para se criar um fundo. Então, precisamos formular isso melhor, precisamos trabalhar algumas questões para que não, por uma interpretação da técnica legislativa, percamos o conteúdo. Era isso o que eu queria alertar.

Então, precisamos acertar essa parte, pois às vezes é só uma mudança de redação, sem precisar mudar o espírito. Às vezes é só fazer esse *copydesk* com advogado ou alguém que prepare isso, mas dialogando muito com o Governo, tanto com a Secretaria da Educação, como com a Secretaria da Cultura, porque esses órgãos serão os atores que terão de implementar o Plano. Então, eles têm de ser desde o início parceiros nesse processo, como têm sido.

Seria importante darmos um prazo para que haja sugestões de todos e também as observações das Secretarias para que fechemos o texto final e coloquemos na pauta para

votação. Queria sugerir esse encaminhamento e agradecer muito a participação de todos vocês. Certamente esse Plano, pelo seu conteúdo, já é muito importante, mas mais ainda pelo processo de construção dele, que contou com as pessoas que fazem a militância diária independente de ação dos governos, nos saraus, no seu trabalho na biblioteca ou no seu trabalho de produção editorial, enfim, das várias formas que fazem avançar as questões ligadas ao livro, à leitura, à literatura e à biblioteca. Então, agradecer a todos esse esforço e falta pouco, mas esse pouco precisa ser feito com muito cuidado para que seja pleno de êxito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Vereador Donato. Nós ouviremos o Miro, depois a Cissa e o Paulo fará a apresentação da estrutura do Plano.

O SR. MIRO – Acho que vou deixar para falar depois, nas respostas do fim das questões que vierem, porque a fala que eu tinha de fazer, o Secretário Nabil já o fez em nome da Secretaria de Cultura. Podemos passar adiante.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Maria Cecilia Carlini Macedo Vaz, a Cissa.

A SRA. CISSA – Boa noite a todos e todas, Cida, Donato, Ricardo, Vereador Reis, querido Miro.

Quero agradecer a presença das minhas colegas da Secretaria: Sheila, Sandra, Cristina; colegas do CEU aqui presentes. Quero dizer, em nome do Secretário Chalita, que gostaria muito de poder participar hoje aqui. Nós trazemos congratulações pelo processo todo, agradecemos muito por fazer parte e entendemos a importância que tem a Secretaria de Educação, considerando todas as ações de leitura da cidade de São Paulo, especificando ainda que temos lá 46 bibliotecas nos CEUs, além das nossas 473 salas de leitura, a importância que tem o papel da Secretaria de Educação, primeiro por essa forte exposição à leitura; segundo, pela necessidade de constituir processos novos para formalizar, formatar e constituir, fazer a manutenção de leitores na cidade de São Paulo, não só dos nossos meninos, mas que isso irradie para as famílias.

Sabemos que muitas famílias que estão nas unidades educacionais na cidade de São Paulo não têm acesso ao mundo da leitura, inicialmente em algumas gerações, mas na maioria das vezes é a primeira ou a segunda geração que têm contato com o mundo da leitura. Então, o papel da escola, o papel da atuação da Secretaria Municipal de Educação é de fundamental importância. Então, por conta disso e por conta também da estruturação,

divulgação do Plano, apresentação do Plano para os nossos 900 professores de sala de leitura fez acontecer na própria Secretaria de Educação algumas mudanças: a instituição do processo do Leia São Paulo e Guarda-Chuva, que guardam em si todas as ações voltadas para a leitura da Secretaria de Educação, incluindo a EMIL – Encontro Mundial de Inventividade Literária – que acontecerá em novembro; a EMIL Perifa, que é uma leitura da produção periférica ou fora do mercado editorial de produção artística e autoral dessa cidade e todas as constituições de processos que estão dentro ou fora de escolas.

Então, o Plano Municipal de Livro, Leitura e Biblioteca - esqueci algum “L’ - nos fez sim mexer com as nossas placas tectônicas. A gente ganhou um reforço importante, que é a Professora Sheila, que veio compor o nosso quadro. Unimos as bibliotecas dos CEUs com a sala de leitura da Secretaria de Educação e caminhamos para uma aproximação com o grupo de bibliotecas da cidade de São Paulo – o Miro tem participado, a Cida Perez tem ajudado nessa discussão – então, mobilizou sim a Secretaria de Educação e nos fez pensar sobre muitas questões postas, especialmente a responsabilidade que temos sobre a constituição de novos leitores, como eu falei no começo.

Então, nós sabemos que, apesar de termos participado de várias plenárias, temos aberto ao público para discussão, ainda é necessário que se faça leituras e ainda achamos tímida a participação da educação nesse substitutivo. Entendemos sim que a gente tem serviço pela frente e faremos com certeza, não vamos nos negar, apesar do meu atraso.

Então, quero desejar bons trabalhos para a gente e vamos ouvir aqui os questionamentos e com certeza o nosso Secretário e a nossa diretora de dote, Professora Joane saberão dos encaminhamentos que serão feitos aqui. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sra. Maria Cecilia.

Tem a palavra o Sr. Paulo Farah, que poderá fazer da tribuna a exposição ou da Mesa, se assim achar melhor.

O SR. PAULO FARAH – Boa noite.

Vou explicar que o Plano é constituído documento por duas partes, então, uma parte inicial referente ao projeto de lei, que remete ao documento em anexo, que é a orientação para a implementação do Plano propriamente dito. O Plano tem como diretrizes cinco eixos, como a maioria de vocês sabe, a democratização de acesso, o fomento à leitura e a formação de mediadores, valorização institucional da leitura e incremento do seu valor simbólico, desenvolvimento da economia do livro e a literatura. Então, é importante ressaltar que esse

plano traz contribuições importantes, uma delas é a valorização da Literatura, que tradicionalmente, pelas Secretarias e pelos Ministérios da Cultura, não é uma área valorizada, como outras, por uma série de fatores. Esse é um ponto interessante do plano, digamos assim.

Há a questão da bibliodiversidade também. Então, a diversidade em suas amplas formas, de temas, de idiomas, de editoras, de autores, enfim, a possibilidade de oferecer um conteúdo importante, nas várias formas de leitura.

A estrutura do plano previu um documento inicial com princípios, objetivos, metas e respeitando a padronização, a formatação, tradicional de um projeto de lei e depois um documento mais extenso com mais detalhes para orientar a implementação do plano.

Apenas quero fazer um breve esclarecimento em relação ao artigo 8º. Esqueceu-se de mencionar a participação da Secretaria do Governo Municipal, que teve uma participação importante na elaboração do plano e que foi consultada para alguns temas, como, por exemplo, a questão orçamentária. Então, o artigo 8º foi construído nos debates, mas em parceria com a Secretaria do Governo Municipal, que ofereceu uma redação, de acordo com o entendimento do setor jurídico e das pessoas que lidam com a questão orçamentária, mais propensa de gerar recursos para a implementação do plano.

Por fim, convido a todos a continuar acompanhando a implementação do plano, porque agora chegamos à uma fase importante de conclusão do texto e, infelizmente, me incomoda um pouco as falas de que ainda a Secretaria tal precisa trabalhar no plano, porque, depois de três anos, quer dizer, já houve muitos debates e muitas oportunidades para participar. Todo texto pode ser trabalhado durante cinco, dez, 15 ou 30 anos, mas é importante também implementar as ações para além do debate. Sou professor numa universidade, acho muito importante o debate, mas é importante também ver a implementação das ações, ver a implementação do plano.

Esperamos que possamos acompanhar como sociedade civil. O plano nasceu da sociedade civil e ela já teve um papel fundamental na construção coletiva e democrático do plano e agora tem um papel fundamental de observar a implementação do plano.

Como apresentação inicial, a não ser que haja alguma dúvida, é isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sr. Paulo Farah. Há seis oradores inscritos. O primeiro orador inscrito é o Sr. Fernando Santana, do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

O SR. FERNANDO SANTANA – Boa noite a todos os presentes, ao Presidente da Comissão, ao Presidente da Câmara, ao Sr. Secretário, ao Sr. Miro e a todos os representantes.

A questão que trago com relação a esse plano é como poderemos fazer a inclusão da leitura a outras pessoas ou com deficiências intelectuais também e, como está no plano, atingir pessoas com diferentes formas. Como vou lidar com essa questão?

Outra questão também é como ampliar a rede de bibliotecas na nossa Cidade, que ainda é em número pequeno? Em muitos distritos só têm uma, e tem alguns distritos cujo acesso às bibliotecas ficam difíceis. Será que não pensaríamos também que a biblioteca venha a estar mais próxima de todos os presentes? Que ela seja uma qualificação da vida do indivíduo.

E para a Secretaria de Educação: como colocar a leitura nas crecheS, como incentivar a leitura para as criancinhas bebês, para que se torne uma coisa importante e melhore o desenvolvimento?

Outra questão: como atingir a leitura nos hospitais? Será que não precisaríamos levar uma mini-geladeira a outros projetos de cultura, como em postos de saúde? Que os apoios de leitura estejam não somente na biblioteca, mas também nos lugares em que as pessoas estão ali doentes. Ler um livro produz um resultado melhor.

Temos que pensar nessa questão: na acessibilidade, na questão de atingir a todos, até os idosos, que podem fazer uma espécie de terapia que existe na biblioteconomia. Como lidar com essa questão?

Era o que eu tinha a dizer. Desejo sucesso a todos. Parabéns pela audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Jair Pires, da Biblioteca Comunitária EJAAC.

O SR. JAIR PIRES – Boa noite a todos, à Mesa. Meu nome é Jair, sou da Biblioteca Comunitária EJAAC, do bairro do Valo Velho, na zona Sul. Queria fazer algumas colocações, principalmente em nome das bibliotecas comunitárias.

Temos que começar a implementar, porque é na implementação que vemos as dificuldades, é fazendo que aprendemos. Também temos que pensar como o sistema de bibliotecas comunitárias vai estar inserido nesse sistema, como vão ser os editais, para incluir as bibliotecas comunitárias na sua diversidade, porque temos biblioteca comunitária em igreja, em boteco, em posto de saúde, itinerante, em praça. Quer dizer, pensar essas diversas realidades, e, principalmente, contemplar as pessoas físicas, pensando nas diversas necessidades das bibliotecas comunitárias. Algumas, por exemplo, tem necessidade de manter o espaço – tem que pagar o aluguel, tem que ter alguém que fique. Por exemplo, a nossa biblioteca fica aberta de segunda a sábado, e eu preciso ter alguém lá. Então tem a questão de RH.

Também é preciso ter um diálogo em que as bibliotecas comunitárias sejam vistas pela municipalidade. Nós, por exemplo, temos veículos como a Em Cartaz, e outros, e através deles as bibliotecas comunitárias e os saraus possam também divulgar suas programações. Isso tudo com a riqueza de manter a autonomia das bibliotecas comunitárias, mas também complementando com a riqueza que a municipalidade pode oferecer para as bibliotecas.

Muito obrigado. Boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Edson Lobinho.

O SR. EDSON LOBINHO – Boa noite a todos. Em primeiro lugar, quero agradecer por todo o trabalho realizado, que chegou até aqui, se tornando lei, exatamente para dar uma diretriz para que se busque a leitura.

Faço parte do movimento dos saraus, e a minha fala é justamente sobre o art. 8º, que acaba sendo o cerne da execução do plano, pois trata da verba para implementar as ações.

O que nos preocupa, falando sobre livro e literatura, é a ideia de junção de fundos, com contas específicas. E uma junção de fundos cai exatamente numa preocupação que surgiu em relação plano: passar de um governo a outro e não deixar de fazer as ações. O fundo de cultura podem ser usados para ações de cultura, e essas ações podem ser

prioridades diferentes do que estão no plano, ao passo que um fundo do livro e literatura é direto, porque são ações para a leitura, para as bibliotecas. Digo isso porque o nosso movimento de saraus, desde 2011, 2012, se não me engano, começou a fazer ações em bibliotecas. Qual a nossa dificuldade maior? Às vezes não tem um orçamento, e a gente precisa deslocar, trazer o pessoal, principalmente na ligação direta com as escolas, e isso inviabiliza o trabalho.

Sobre a dotação orçamentária: se temos duas secretarias que vão executar o plano – a Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria de Educação –, e se tivermos que, nesse artigo, dizer as ações e várias dotações orçamentárias, seria interessante que cada secretaria pudesse fazer essa rubrica ao Executivo, porque sabemos que, se não tiver essa rubrica no orçamento, infelizmente, vai acontecer aquilo, de ter um plano que não pode ser executado por falta de verba, que, infelizmente, é o que mais ouvimos em algumas ações.

Então o meu pedido é que o fundo se torne um fundo de cultura, com todas as subcontas, mas gostaria de saber qual será a garantia de que será usado para o plano. E a segunda questão é com relação à dotação orçamentária específica. Se eu tenho duas secretarias responsáveis, como poderíamos colocar isso no plano, para saber o que cada secretaria vai assumir, ou o próprio Governo, e isso no orçamento, senão, infelizmente, não vamos conseguir implantar.

Era isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Fernanda Mendes, da Biblioteca Pública Raimundo de Menezes.

A SRA. FERNANDA MENDES – Boa noite a todos. Tem uma preocupação que eu acho que não ficou muito claro no texto do PL referente à revisão do plano: se está prevista uma revisão do plano a cada dez anos, de forma que assegure a participação popular. A preocupação é que o plano não dê continuidade às mudanças do Governo. Então seria importante assegurar a revisão.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Ruivo Lopes, de Saraus.

O SR. RUIVO LOPES – Muito boa noite a todos os presentes à audiência pública.

Particpei do grupo de trabalho de elaboração do plano representando os saraus, junto com a minha parceira Regina Tieko, que está aqui em algum lugar.

Queria ressaltar o processo de elaboração desse plano, que é fruto de dezenas de encontros com a sociedade civil. Essas idas foram feitas junto a representantes do Poder

Público de diferentes setores participantes desse GT, num processo obviamente participativo, democrático e popular, que garante a legitimidade desse documento que alguns tem em mãos, e que estão amplamente divulgados, inclusive no site do Vereador Donato, Presidente da Câmara.

Acho importante destacar que a cidade de São Paulo, já há muitos anos, tem pioneiros no campo da cultura, sobretudo Mário de Andrade, no desenvolvimento de iniciativas no campo da educação e cultura, particularmente a literatura, bibliotecas. E, talvez, hoje, a maior herança de Mário de Andrade, na nossa cidade, nessa área, sejam os ônibus-bibliotecas.

De todas essas ações, algumas retrocederam, por conta da conjuntura histórica, mas houve um acúmulo, e São Paulo está muito atrasada em não ter uma política pública que seja capaz de reunir todas essas boas práticas e iniciativas no campo do livro, leitura, literatura e biblioteca. Sendo assim, esse plano que debatemos hoje é extremamente inovador e totalmente compatível com o pioneirismo de uma cidade que é a mais rica do país e que, lamentavelmente, esperou tanto tempo para debater uma política pública nessa área. Nunca é tarde demais. Acho que a gente não pode desperdiçar esse momento. Trabalhamos muito e andamos por toda esta cidade, de Heliópolis à Cidade Tiradentes, do CEU Parelheiros ao Centro Cultural da Juventude. Cruzamos a cidade dialogando com a população, e produzimos um diálogo muito aberto, fraterno, com todos os interessados e todas as interessadas na área, e elaboramos um documento de 13 páginas, com todas as ações e sugestões previstas no plano. Por isso é importante ter ciência do que a sociedade contribuiu para que fizéssemos uma defesa intransigente disso que é uma política extremamente necessária e urgente para a cidade de São Paulo.

Temos como referência o legado do Prof. Antônio Cândido, um extremo defensor dos direitos humanos, e entende o campo do livro e da leitura como um direito humano fundamental, e ele vai mais além, quando diz que uma sociedade justa pressupõe o respeito aos direitos humanos e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades, em todos os níveis. É um direito inalienável, como está previsto aqui no nosso plano, no art. 3º, parágrafo I, o direito à democratização do acesso ao livro, à leitura, à literatura e à informação, como direito do cidadão e da cidadã, e à literatura como um direito humano. São conceitos-chaves para a compreensão deste plano, e expresso desde o início no projeto de lei, e, como sabemos, não há nenhum plano, seja qual for, o plano diretor, o plano municipal para a saúde, o nosso plano municipal de educação. E não é diferente do plano municipal do livro e leitura, pois não é

possível ser executado sem um orçamento compatível com o que se propõe a realizar numa cidade muito particular, com as dimensões da cidade de São Paulo, e os desafios que a cidade tem. Seja no fundo municipal do livro e leitura, seja no fundo municipal de cultura, seja numa conta específica, o orçamento destinado à realização de todas as ações que nós registramos nesse plano, expressas em forma de síntese no projeto de lei e especificada em detalhes, mais à frente, no anexo, nos planos, precisa um orçamento compatível. Não há política cultural, ou qualquer política pública, sem orçamento compatível.

São Paulo precisa destinar recursos compatíveis para a cultura, e, particularmente, para um plano que se mostre inovador, que talvez seja o único que tenha reunido, na sua execução, as dimensões das Secretarias de Cultura e Educação. Talvez Mário de Andrade, onde esteja, saudando essa audiência de hoje, esteja muito feliz por termos a chance de realizar o seu sonho de não separar, nas políticas públicas, cultura e educação. Acho que esse plano representa isso. Temos o dever de defendê-lo, e o Poder Público tem o dever de implementá-lo. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Rodrigo Ciríaco, de sarau.

O SR. RODRIGO CIRÍACO – Boa noite para a Mesa, boa noite para todos.

Meu nome é Rodrigo; participo há quase dez anos do movimento de sarau da periferia, e atualmente também participo do conselho diretivo do Plano Nacional do Livro e Leitura, pelo Minc e MEC.

Gostaria de parabenizar pela construção do plano, que é uma ferramenta muito importante, porque qualquer política pública só é executável e possível de cobrança pelo cidadão quando se torna lei. Então esse plano, através do projeto, se tornar lei, é fundamental para que a gente possa efetivamente poder exigir do Poder Público Municipal e do Estado a execução de políticas públicas, que vemos culturalmente e historicamente esse problema, não só a nível municipal como também estadual e federal também.

É muito importante o que foi dito na fala do Ruivo. Essa questão que acontece já é uma das orientações do plano nacional, que é esse binômio educação e cultura, sociedade civil e governo. Mas até pela experiência que vemos, no plano nacional, fica um pouco da preocupação para o plano municipal, e eu queria deixar isso como reflexão e como atenção.

O plano nacional vem sendo discutido com muita propriedade e com muita competência, tendo à frente o Sr. José Castilho, mas vem sendo discutido desde 2006, e estamos no ano de 2015. O Brasil não possui uma política nacional voltada para o livro, leitura,

literatura e biblioteca. Foi citado o Mário de Andrade, que foi também um dos pioneiros da implementação, na década de 30, do Instituto Nacional do Livro que existiu até a década de 90, quando um dos trabalhos nada louváveis do então Presidente Fernando Collor, o Instituto Nacional do Livro foi extinto e desde então não há uma política pública voltada nacionalmente para o livro e leitura. Em 2006 voltou, só que estamos até agora e temo informar que após as grandes mudanças de cadeiras no Ministério da Cultura, neste ano não houve nenhuma reunião do Conselho Diretivo, apesar das inúmeras cobranças.

Então sobre a preocupação do artigo 8º, acho que é fundamental definirmos após a aprovação desse projeto de lei, uma rubrica. E acho que o Fundo, como foi dito e eu sendo leigo ainda no assunto fica mais complicado, porque já estamos num processo de três anos de discussão do projeto de lei. De repente discutir mais um tempo a criação de um Fundo fica mais complicado, mas o que quero falar é essa urgência que temos na efetivação, primeiro, da votação desse projeto de lei e de sua aprovação. E de garantirmos ainda este ano alguma dotação orçamentária, alguma rubrica para sua execução a partir do ano que vem.

Como o próprio Vereador Nabil falou, temos várias ações que são realizadas na Cidade hoje, só que em muitas dessas ações o Poder Público só está se inserindo nos últimos anos e de maneira ainda muito precária. Por exemplo, no movimento dos saraus temos uma atuação na Cidade já há 15 anos. Um dos primeiros projetos de inserção dos saraus como política pública, o Programa Veia e Ventania, no ano passado brigamos muito em audiência pública para garantir uma dotação específica e até agora não estamos fazendo a execução dessa dotação, dessa briga toda que fizemos no plenário da Câmara, inclusive.

Então minha preocupação é votar com rapidez o projeto de lei, para pensarmos em garantir esse orçamento. E também uma das questões que me preocupa bastante é a garantia da participação dos múltiplos atores, bibliotecas comunitárias, saraus, agentes de leitura, mediadores, não só nessa elaboração do plano, mas da sua execução posteriormente para fortalecer e sempre manter esse binômio: Governo, Poder Público e sociedade civil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Haroldo Cerápolo, Editor.

O SR. HAROLDO CERÁPOLO – Obrigado a todos e todas, obrigado à Mesa, ao Vereador Reis, que preside, e aos companheiros que participaram da elaboração do plano, Miro, Ricardo, Paulo, Sueli, Regina, João, Rui, etc., a primeira coisa que queria dizer é que esse processo de elaboração do plano foi muito amplo e algumas questões, por exemplo, a de pessoas portadoras de deficiências está presente nesse texto de forma muito concreta, objetiva e abre caminho para implementar as questões que o companheiro falou.

Da mesma forma, isso está presente em muitos outros detalhes do plano. A questão dos saraus, das editoras e bibliodiversidade. Quando falamos em bibliodiversidade, essa é uma bandeira dos editores independentes, pequenos e médios, porque as editoras pequenas e médias como os autores do sarau têm muita dificuldade de entrar nas bibliotecas, escolas. Isso por causa de tradição e de um histórico de como funciona o Estado brasileiro, que tem uma série de regras que afastam a diversidade em várias situações e uma delas é a questão do livro.

Então esse plano abre caminho para pensarmos formas de incluir esses autores independentes, as editoras independentes, pequenas, médias, micro e pessoais no sistema de cultura da Cidade. Por isso, esse plano tem questões importantíssimas no sentido de democratizar o livro, a leitura, a literatura e a biblioteca.

Como editores temos uma experiência que é a do longo prazo. E temos outra experiência que todo mundo reclama: o livro é caro. E nós que estamos fazendo o livro às vezes pensamos: passei oito anos fazendo esse livro e na livraria ele às vezes custa menos do que uma pizza, e as pessoas reclamam que o livro é caro. Não que ele seja acessível, pode ser caro para o bolso de quem quer comprá-lo. Não estamos negando isso, mas há um trabalho de longo prazo que é feito na literatura e na cultura escrita, que é muito difícil pensá-lo economicamente.

Então acho que esse plano também põe essa questão. Ou seja, se queremos ter uma política pública de livro, leitura, literatura e biblioteca é preciso ter orçamento, pensar isso

e não ter medo de falar de dinheiro quando falamos desses assuntos.

É evidente que muitos dos pontos desse plano vão ser cumpridos com o orçamento que já existe ou que será incrementado, que vai crescer para as bibliotecas, escolas e programas, mas é preciso pensar em coisas específicas e acho que essa foi a ideia do artigo 8º, que pode ainda ser melhorado, porém é muito importante para garantir recursos para que esse plano permita unificar outras rubricas que já estão no orçamento.

Voltando à questão do livro, por que às vezes achamos que ele é caro? Porque muitas vezes o livro tem um valor simbólico que é muito maior do que o valor econômico. Na verdade sempre ele tem um valor simbólico e uma duração que é muito maior que o valor econômico.

Então todo livro que você compra vem com uma carga de valores que não tem preço. Não há preço que pague um livro. Então ele é sempre caro, porque é um investimento do autor, do editor e especialmente do leitor, porque o mais caro no livro é o tempo que você gasta para ler.

E esse investimento que todos fazemos na leitura, e que a cidade de São Paulo vem fazendo de forma radical, ou seja, nossa Cidade hoje é vanguarda na produção literária, na poesia, na periferia. É vanguarda na democratização da leitura e da literatura e esse investimento todo precisa ter uma correspondência do Poder Público. Esse plano tem importância na vida democrática da Cidade, na criação de igualdade que tem de ser levado a sério e precisamos pensar que ele é especial. E precisa ter garantias de implementação, inclusive, com recursos próprios.

Participei desse processo representando os editores, mas também sou um estudioso de literatura e acho que vivemos um momento especial, a cidade de São Paulo hoje fez esse plano que tem avanços fundamentais, porque ela vem pensando a literatura com profundidade e de forma ampla.

Então acho que a Câmara de Vereadores tem um projeto que deve ser aprovado

rapidamente, mas que é central porque a gente está invertendo uma tradição de relegar a literatura, a segundo plano, diante de outras questões da cultura, porque a Cultura pensa que livro é uma questão da escola, e a escola pensa que é uma questão de Cultura.

O Poder Público investe em música, em teatro, em outras áreas da cultura, mas acaba deixando a literatura para o indivíduo, reproduzindo uma ideia de que a literatura é para poucos, para a elite. Mas a literatura é para todos, é um direito fundamental, e temos de garantir isso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sr. Aroldo. Tem a palavra o Sr. Lucas Carlos, do Senac.

O SR. LUCAS CARLOS – Boa noite a todos. Primeiro quero saudá-los por esta iniciativa muito importante para o fomento da leitura, da literatura, do livro e da biblioteca da cidade de São Paulo. É importante reunir todas essas vertentes, que acabam, de certa forma, contemplando a cadeia produtiva do livro e as diversas ações dentro da leitura.

Na questão do fomento à leitura e a formação de mediadores, é interessante pensarmos na formação de mediadores, de técnicos e auxiliares, a longo prazo, porque assim teremos a formação de um corpo técnico para trabalhar na valorização desse trabalho e ter um pessoal capacitado para atuar de forma eficiente dentro das bibliotecas, pensando na questão do atendimento e também numa atuação cultural, na realização de projetos.

Outro fator bastante importante, pensando nessa junção da Secretaria de Cultura junto à Secretaria de Educação, é procurarmos ter esse diálogo mais próximo entre ambas, dos pequenos produtores também auxiliarem na produção de material para as escolas, a fim de trazer olhares diferenciados, de forma mais heterogêneas, trazendo conteúdos diferentes para a escola, a partir do momento que temos a escola como o primeiro ponto da formação de leitores.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o nobre Vereador Donato.

O SR. DONATO – Por isso é importante dialogarmos. Nós identificamos que temos de tratar de um assunto estratégico, o financiamento, e cabe um debate, um grupo de trabalho para debatermos. Isso exigirá um esforço das próprias Secretarias, mas também um esforço de nossa parte.

Temos um elenco de metas listadas no plano que não estão hierarquizadas, nem priorizadas. Por isso, temos de definir o que deve ser implementado imediatamente.

Pela experiência que temos aqui, sabemos que a lei é muito importante, ela consolida uma política pública, mas ela não garante. Então, ela é um passo importante na batalha, um instrumento de apoio para continuar brigando. Por esse motivo, falei que o processo é tão importante quanto o conteúdo, porque garante uma base de apoio, de mobilização.

O orçamento é uma disputa política, ainda mais na conjuntura de recisão orçamentária que temos hoje; então, para disputar esse orçamento, temos de ter a clareza do que queremos; definir quais as etapas de curto prazo, de médio prazo e as de longo prazo, como isso se distribui no tempo; e definir um valor financeiro para que possamos brigar e implementar as medidas, ao longo do tempo.

Quando falei do fundo, é evidente que pode ser uma medida, embora haja muitos fundos na Prefeitura que não garantem política nenhuma, porque se não aprovar a receita do fundo, de onde ela vem, esse fundo pode ser inócuo, porque se ele depende só de verba do Tesouro a disputa é a mesma.

Por exemplo, há fundos de esporte que não têm fonte, dependem de aportes de recurso do Tesouro e que não acontecem. Mas alguns fundos acontecem, como o Fundo Municipal de Saneamento, que foi definido num debate aqui, quando se firmou o contrato de concessão da Sabesp e uma parte da receita da Sabesp no Município é direcionada a esse fundo. Isso corresponde a R\$ 300 milhões/ ano e é o que garante boa parte do programa de urbanização de favelas.

Então, o fundo precisa estar associado a uma fonte, ou mais, que seja fonte de taxas, de ingresso em atividades culturais, e também pode ser inócuo.

Eu acho que é importante haver a rubrica orçamentária, pelo menos uma em cada Secretaria, enquanto não conseguirmos definir detalhadamente tudo. Por exemplo, ter rubricas guarda-chuva, uma na Cultura e outra na Educação, permite que essa disputa esteja em aberto, pelo menos, e que o argumento burocrático de não ter uma rubrica não seja aplicado.

Lembrando que o orçamento é sempre uma previsão, que depende das receitas que entram, por isso ele está sujeito a remanejamentos ou a contingenciamentos. Sem querer desanimá-los, ao contrário. A lei é uma base melhor para a disputa, mas o dinheiro para a execução continua em disputa; e trata-se de uma disputa política, de prioridades. São

dificuldades que temos de enfrentar.

Portanto, teremos de conhecer o orçamento de nossas demandas, mas o orçamento que está em disputa também. Para onde está indo o dinheiro? E não só da Cultura, evidente, acho que a Cultura,..., não quero jogar a responsabilidade sobre o orçamento da Cultura, porque ela tem várias pressões e várias demandas. Sei que é necessário ampliar o orçamento da Cultura, mas tem de avançar em cima do quê? Educação? Temos, bem entre aspas, muito dinheiro? Porque, lá na Educação, não há um fundo, mas 31% das receitas correntes, do Município, vão para a Educação. Então, não se precisa de um fundo para isso. Você carimbou um dinheiro. Isso dá 10 bilhões de reais, mas há uma rede com um milhão de alunos. Enfim, há um monte de demanda que pressiona isso e que disputa internamente. Mas queremos fazer parte dessa disputa na Educação: quais são as ações da Educação que fomentarão o livro, a leitura, a literatura, a política de biblioteca. O número de bibliotecas, nos CEUs, é maior do que a rede da Cultura.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ANTONIO DONATO – Não se trata de uma competição. Estou dizendo que... Talvez, tenha sido impreciso, mas a importância das bibliotecas dos CEUs e o número delas têm um impacto grande na Cidade. Então, estimularemos isso? Como isso se articulará?

Mas, enfim, isso é um debate que teremos de fazer, mas não queria fugir do debate que, acho, central, que é do financiamento. Então, acho que temos de encontrar e negociar agora com as Secretarias e encontrar uma formulação que seja mais precisa e que consigamos avançar. Depois, disputar na própria peça orçamentária. Depois, disputar na execução da peça orçamentária, porque estar no orçamento não garante a execução.

Então, é um processo, de fato, de disputa, que exige mobilização, que exige essa capacidade que vocês demonstraram, de conversar, de agrupar, de aglutinar, de fazer propostas e, agora, de se mobilizar para disputar.

Portanto, acho que o processo de discussão do Plano, por isso foi que saudei a muito importante participação do Secretário Nabil, porque não que os Srs. Secretários não estivessem, mas as pressões e as demandas são tantas que se um setor, que estava um pouco fora do debate, ganha visibilidade, se articula, ele já se torna uma preocupação para a Secretaria. E, nesse sentido, ele tem mais força política para disputar recursos. O Sr. Nabil terá de dormir com mais um problema na cabeça, além de todos que S.Exa. já tem. Igualmente, o Sr. Secretária Chalita.

Então, queria propor, como um encaminhamento, para que pudéssemos trabalhar um pouco em cima, já que o artigo 8º foi a questão central – e é a questão central mesmo. Então, que trabalhemos em cima disso rapidamente para que encontremos uma boa redação, que seja a constituição do fundo, que seja a rubrica. Enfim, que tenha um pacto e que haja acordo com o Executivo – que executará. Se não tivermos o mínimo de acordo, também teremos mais dificuldade.

Portanto, faço essa sugestão: que o GT, as Secretarias de Cultura e de Educação pudessem avançar na precisão das fontes de financiamento e, eventualmente, da priorização de programas, ainda que todos estejam listados na lei, mas que haja já um pacto. Se a política pública não começa a ser implementada, se ela não tem essa velocidade inicial, ela sempre poderá sofrer revezes ao longo do tempo. Precisamos, então, que ela comece com uma boa velocidade inicial, para que possamos garantir a plena implementação de todas as metas do Plano.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, nobre Vereador Donato.

Tem a palavra o Sr. Miro.

O SR. MIRO – Gostaria de responder a algumas colocações, que afetam, principalmente, a questão das bibliotecas, do sistema de bibliotecas públicas e outros.

A questão da rede, que o Sr. Fernando levantou, de bibliotecas, além das bibliotecas propriamente, diretamente ligadas ao sistema, temos as bibliotecas de outros centros culturais; temos os pontos de leitura; temos ônibus-biblioteca, que correspondem a 72 roteiros, na cidade de São Paulo; temos os bosques de leitura e as próprias bibliotecas dos CEUs que, de alguma maneira, fazem parte do sistema de bibliotecas públicas da cidade de São Paulo.

Temos bastante espaço e a nossa maior dificuldade, hoje, é de manter esses espaços. Então, para pensarmos em construir novos espaços, primeiro temos de dar poder a esses que já temos. Também, temos de procurar, dentro do que o Fernando falou, outros espaços que possam ser transformados em espaços de leitura para além das bibliotecas categorizadas. Então, temos terminais de ônibus, espaços das UBSs. Enfim, temos uma série de espaços que podem ser transformados em espaços de leituras.

A questão das bibliotecas comunitárias. O Plano tem vários pontos que contemplam as bibliotecas comunitárias. É imprescindível, hoje, pensarmos um sistema de bibliotecas oficial e não oficial – que seriam as bibliotecas comunitárias. Temos de contribuir um com o outro.

Temos muito o que aprender com as bibliotecas comunitárias, no trabalho que eles fazem com o seu público, com o seu entorno, e eles também têm muito o que aprender conosco, com o acúmulo de trabalho de 80 anos. Então, não dá para ignorarmos esses espaços. Não dá mais para não reconhecermos que eles são parceiros e devem ser fomentados, sim, de alguma maneira. E essas parcerias podem se dar de diversas maneiras, não necessariamente só com o aporte financeiro, mas com troca de experiências, com uma série de atividades que podemos fazer juntos.

Outra coisa. O Rodrigo disse sobre o tempo em que se aprovou o Plano e a demora para se implementar outras coisas. Acho que levamos uma vantagem nisso, porque o Ministério da Cultura não tem equipamentos, como os que a cidade de São Paulo tem. Ou seja, a implementação de uma política para o livro e leitura, para nós, teoricamente é mais fácil termos os equipamentos para implementarmos aquelas ações que estão aqui, determinadas no Plano, diferentemente da Cultura, que trabalha mais como orientadora política dessas questões, do que propriamente na implementação delas. Outra questão, que entra um pouco no orçamento. Acho interessante porque a gente vai trocando ideias e impressões.

A questão do orçamento e da dotação. Acho que o exemplo do Ver e Ventania é muito claro. Se brigou, se garantiu uma rubrica para o Ver e Ventania, destinou-se um dinheiro que não existia na verdade. Era um dinheiro congelado.

Então, aparentemente, atendeu-se uma demanda, mas que na prática não se traduziu efetivamente nisso, tanto que o edital que saiu agora e deve sair em setembro a chamada dos grupos que se inscreveram, ele foi conseguido com dinheiro de outras fontes da Secretaria de Cultura e não daquela originária prevista no orçamento porque aquela lá está congelada até hoje.

Então, uma dotação orçamentária não implica necessariamente que esse dinheiro vai acontecer de fato. Como temos – isso é uma ideia para se pensar – várias ações previstas que acontecem tanto na Secretaria da Cultura, como da Educação, em várias dotações.

Poderíamos tentar organizar essas dotações que estão afeitas ao Plano gerando uma série de dotações específicas para essas ações, ao invés de ter uma dotação central, Plano Municipal. Pode ser uma saída, não sei. É uma proposta que coloco porque é muito mais

fácil você trabalhar com várias ações já destinadas que estão previstas no Plano e que você já executa e outras que você pode abrir dentro disso ai do que ter uma dotação específica, Plano Municipal do Livro e Leitura. Não sei.

Acho que um guarda-chuva de ações e dotações pode ser mais interessante, mas é algo a ser discutido nesse GT proposto pelo Vereador. Temos de aprofundar essa questão porque ela não só suscitou esse debate, mas é fundamental ao Plano. Se o Plano ficar no papel no que prevê no orçamento, vamos ter um plano bonito na parede e daí não vai passar.

Sobre as pequenas editoras, temos conversado com Haroldo e posso falar isso como gestor do sistema de bibliotecas quando a gente quer comprar livros de algumas editoras, a gente não consegue por uma série de exigências legais que essas editoras têm de apresentar. Foram feitas exigências legais para contemplar grandes editoras e as pequenas acabam sendo barradas porque ter tudo aquilo é uma loucura. É uma lei federal que regulamenta isso e, às vezes, nos impossibilita de comprar esses livros. Eu quero comprar o livro da editora tal, a gente quer distribuir os livros nas bibliotecas, só que a legislação nos impede por uma série de fatores de realizar essa compra. Legalmente temos travas.

Essa é uma discussão que tem de ser trazida. Ela já até passou da hora de ser discutida. Como que você contempla editoras pequenas, independentes, nos acervos das bibliotecas de uma maneira legal. Temos de rever isso e tem de levar essa luta porque acredito que isso seja geral, no País inteiro, não é um privilégio de São Paulo.

Falamos que o livro é caro e também é influenciado pela baixa tiragem. A tiragem é baixa, há poucos leitores, encarece o livro. Se você implementa um plano do Livro e Leitura efetivo, o objetivo final é você aumentar o número de leitores. A médio e longo prazo você pode até baratear o livro por conta disso.

Era isso o que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, Miro.

Vamos ouvir a Ciça.

A SRA. MARIA CECÍLIA VAZ – Respondendo ao Fernando, que perguntou sobre os processos de leitura para crianças pequenas de creche. Nós criamos sim. A posição da Secretaria de Educação é sem dúvida nenhuma criar imensas possibilidades, abrir espaços de leitura e contato com os espaços fora das unidades creches ou CEIs para que essas crianças tenham acesso ao mundo da leitura e que tenham em mãos livros, brinquedos e livros de todas as modalidades.

Então, tem uma preocupação grande. A professora Sheila está aqui e representa a Sala de Leitura que tem na verdade maior acesso a esse processo de contato com as crianças da educação infantil e que faz parte desse grupo de profissionais que atua em criar espaços de leitura e contato com o mundo da leitura para crianças de todas as faixas etárias, incluindo até a educação dos jovens e adultos que, muitas vezes, estão aprendendo a ler fora do tempo correto.

Outra questão. É, sim, de nossa preocupação criar possibilidades de contratar saraus que não tenham aquela formalização toda de documentação. É uma luta imensa. A Daniela Nascimento, que está aqui e que é de nossa equipe, tem trabalhado muito para constituir editais, para construir possibilidades de contratação de saraus e de autores para trabalharem junto à nossa equipe de educadores. Mas, realmente, é muito difícil. Chegamos, até, a não contratar. Por exemplo, fizemos o Recreio, nas férias, com o tema de matrizes africanas: brinquedos e brincadeiras de matrizes africanas. Tivemos imensa dificuldade de contratação de autores, de saraus, de grupos de leitura, porque são pessoas que não têm acesso a esse processo de documentação formal. Então, estamos criando a possibilidade de esse grupo de pessoas acessar a documentação formal e ampliar a possibilidade de contratação também. Digo isso porque sabemos o seguinte: essa luta não é de hoje e não acabará hoje, porque não existe o desejo de contratação desse público. Existe aqui, mas esse desejo não é natural. Estamos abrindo um caminho. Não há precedentes. Então, é difícil. Voltamos com algumas contratações, não conseguimos fazer, mas não podemos parar de lutar.

Dentro disso, entra novamente a minha fala sobre os editores e autores que estão fora do mercado editorial ou que promovem as editoras de pequeno e médio portes. É nosso

desejo que as salas de leitura possam, sim, comprar obras de imensa qualidade que não estão no mercado editorial. É de nosso desejo, mas, hoje, não conseguimos fazer isso ainda. Tanto é que, em nosso “E-mail Perifa”, a nossa maior luta é que os meninos, os professores em sala de leitura, tenham acesso a essa produção artística, autoral. Portanto, esse é o nosso desejo. Para isso, o Sr. Secretário Nabil, a Cida, Ricardo, Miro estão nos ajudando a formatar um caminho para conseguirmos mostrar aos professores a sala de leitura, porque muitos não conhecem ainda, mas outros tantos já fazem parte dos saraus e estão nesse caminho. Mas os que não conhecem terão acesso.

Enfim, estamos fazendo uma sedução para que as APMs – Associações de Pais e Mestres – comprem esses livros com dinheiro captado de outra forma – por exemplo, festa junina. Por enquanto, é isso que temos, mas não estamos acomodados. Sabemos que é necessário.

Como o nobre Vereador Donato disse, também percebemos que a questão do financiamento é uma preocupação imensa. Então, tanto a contratação de profissionais, como a compra, são, sim, de tirar o sono. Não é tranquilo. Mas faremos, lutaremos para isso.

Quando disse que achávamos que o Plano precisaria ser mexido, que a Educação teve uma participação ainda tímida, ainda com toda a preocupação de vocês, quero dizer que isso não tem nenhum processo de atrasar nada, parar, diminuir, porque entendemos que três anos é muito tempo. Vemo-nos como atores, para que isso vá para a rua; para que tenham, sim, as rubricas; para que termine este mandato e comece outro com outra qualidade de acesso à leitura para esta cidade.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigada.

Tem a palavra o Sr. Ricardo.

O SR. RICARDO – O que este Plano traz de mais inovador para a Cidade é justamente essa conversa entre Educação e Cultura. Sempre ao falarmos de programas, políticas de cultura, não falamos sobre essa relação com a Educação, ou, se falamos, essa relação é sempre hipotética. E o Plano traz essa novidade: de juntar Cultura e Educação em uma mesma mesa para conversar de programas afins, porque a leitura, o livro e os afins, estão implicados diretamente à questão da Cultura e da Educação.

O Sr. Presidente Reis perguntou como seria a articulação, de forma nacional. De forma nacional, existe uma articulação, mas como o Miro colocou, os programas não ficam

muito visíveis. Mas, no Município, onde a coisa acontece no chão de fábrica mesmo, temos a oportunidade de colocarmos em prática essa teoria, que é produzida na área de Educação e Cultura, e juntá-la em programas, ações e em uma política clara para a Cidade. Acho que essa é uma peculiaridade, uma novidade que o Plano trará para a Cidade.

Outra questão. Há vários espaços de leitura na Cidade, e aqui foram citados alguns, que, muitas vezes, não conversam. Este Plano, esse processo do Plano, fez percebermos uma Cidade pouco percebida pelo todo, pelo Poder Público e por nós, que militamos na área de leitura.

Então, essa oportunidade de ouvir a Cidade, de trazer a Cidade para um documento, acho que é única e exclusiva, e acho que temos de colocar na votação deste Plano e na concretização desses programas e ações, dentro de uma política.

Acho que era isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sr. Ricardo.

Tem a palavra o Sr. Paulo Farah.

O SR. PAULO FARAH – Em homenagem à diversidade de São Paulo e aos refugiados estrangeiros que estão em São Paulo, talvez devesse encerrar falando as palavras orçamento, recursos e verba em vários idiomas, para ver se a mensagem chega. Quer dizer, há a preocupação de todos, especialmente da sociedade civil, para que haja uma preocupação com a questão orçamentária. E, aí, só manifestar, por fim, a preocupação de que não seja pulverizada essa verba. Infelizmente, as experiências atuais mostram que esse não é um bom caminho. Não é à toa que a literatura não é contemplada como deveria, assim como ocorre com as bibliotecas, políticas de leitura, e as várias ações citadas neste debate.

Então, que essa formulação do orçamento seja para assegurar o orçamento e não para que aconteça o que aconteceu com outras discussões, com outros planos, que é a impossibilidade de implementação do plano.

Portanto, para encerrar, acredito que seja a questão mesmo da importância de acompanhar a implementação do Plano, continuar observando, para que essas políticas possam ser transformadas em ações concretas e para que possamos ver tudo o que está aqui implementado, concretizado. Enfim, para que a Cidade de São Paulo possa dar um exemplo, para lidar com essa característica tão rica, do ponto de vista cultural, intelectual, que a Cidade abriga.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Dou os parabéns ao nobre Vereador Donato e ao grupo de trabalho, que vem se empenhando muito nesse Plano Municipal do Livro e Leitura. A Comissão de Educação está à disposição.

Agradeço ao Miro, à Cissa, ao Ricardo, à Cida Peres, ao nobre Vereador Donato, a todos pela participação nesta audiência.

Declaro encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado e boa noite a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
